

Nº	TRATADO	DATA ASSINATURA	DATA DE RATIFICAÇÃO ADESÃO (A) SUCESSÃO (D)	
			Publicação Diário República	Depósito nas Nações Unidas
7	<b>Convenção Internacional para Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros da sua Família (2003)</b>			
	Queixas individuais sobre a Convenção de Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros da sua Família			
8	<b>Convenção sobre o Direito das pessoas com Deficiência (2008)</b>		Resolução AN 1/13 11 Jan. 2013	05 de Mar 2013
	Protocolo opcional a Convenção dos Direitos as Pessoas com Deficiência - queixas		Resolução AN 1/13 11 Jan. 2013	05 de Mar 2013
	Procedimentos e inquérito, relativos a Implementação da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência		Resolução AN 1/13 11 Jan. 2013	05 de Mar 2013
9	<b>Convenção para a Protecção Contra o Desaparecimento Forçado e Involuntário (2010)</b>	24 de Set 2013		
	Queixas individuais sobre a Protecção de Pessoas e Desaparecimento Forçado			
	Inquérito sobre o procedimento relativo a Convenção sobre Desaparecimento Forçado e Involuntário			

### O Sistema Africano de Promoção e Protecção dos Direitos Humanos:

No âmbito da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e da sua Comissão Africana dos Direitos Humanos, existem também Tratados Regionais ou outros instrumentos legais que visam a promoção e protecção dos Direitos Humanos. Muitos deles, já foram assinados e ratificados por Angola

### Tabela dos Principais Instrumentos Legais da Comissão Africana dos Direitos Humanos Assinados e Ratificados por Angola

Instrumento Legal	Ratificação		
	Diário da República	Data da Comissão	Data de Depósito
Acto Constitutivo da União Africana (Adoptado 2000. Em vigor 2001)	Resolução AN 27/01 13 Jul 2001	19 Set. 2001	20 Dez. 2001
Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Adoptado 1981. Em vigor 1986)	Resolução AN 1/91 19 Jan. 191	02 Mar. 1990	09 Out. 1990
Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (Adoptado 2003. Em vigor 2005)	Resolução AN 25/07 16 Jul. 2007	30 Ag. 2007	09 Nov. 2007
Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (Adoptado 1990. Em vigor 1999)	Resolução AN 1-B/92 15 Maio 92	11 Ab. 1992	07 Out. 1999
Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre o Estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (Adoptado 1998. Em vigor 2004)			
Carta Africana para a Democracia, Eleições e Governação (Adoptado 2011. Em vigor 2012)			
Convenção da UA que regula Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África (Adoptado 1969. Em vigor 1974)		30 Ab. 1981	03 Dez. 1982



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS  
DIREITOS HUMANOS



## OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS RATIFICADOS POR ANGOLA

APOIO



Empowered lives.  
Resilient nations.

## O que é uma Convenção ou Tratado Internacional?

Uma Convenção é uma lei internacional que se rege por princípios, obrigações, direitos e deveres a serem seguidos pelos países signatários. Os Estados que assinam uma convenção ou tratado comprometem-se a respeitar e proteger os direitos nela incorporados. Por regra, as convenções têm mecanismos e organismos de seguimento para vigiar o cumprimento dos acordos. Algumas convenções têm um protocolo adicional para desenvolver alguns aspectos ou artigos da Convenção.

## Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos (DH) assinado por Angola

De acordo com a Constituição da República de Angola (CRA) compete ao Presidente da República, nos termos da alínea c) do Art. 121º, assinar e ratificar, consoante os casos, depois de aprovados, os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais.

A lei dos Tratados Internacionais (Lei nº4/11) estabelece como entidade competente para promulgar os Tratados Internacionais o Presidente da República após aprovação pela Assembleia Nacional. O Instrumento Internacional para que tenha efeito deve ser publicado em Diário da República.

A Constituição Consagra no artigo 13º a Integração das Normas das Convenções internacionais ratificadas por Angola como normas de Direito Interno. Assim, as normas de todos os Pactos ratificados por Angola são consideradas como de direito Interno.

A República de Angola, logo após a sua independência reconheceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos e em três períodos principais diferentes assinou e ratificou os principais instrumentos internacionais de Direitos Humanos.

Em 1992 foram assinados e ratificados por Angola alguns dos principais Tratados de Direitos Humanos.

Em 2010, foi aprovada a Constituição, a mesma veio alargar o leque dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

Em 2013, fruto da presença de Angola no Conselho de Direitos Humanos 2009-2014, foram assinadas e ratificadas todas as principais Convenções de Direitos Humanos, a excepção da Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias.

Os principais tratados adoptados pelas Nações Unidas para abordar a situação de populações concretas ou determinadas questões relativas à promoção e a protecção dos DH são nove (9), além da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

## Tabela dos Principais Tratados de Direitos Humanos das Nações Unidas Assinados e Ratificados por Angola

### 1976: Ratificação da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nº	TRATADO	DATA ASSINA-TURA	DATA DE RATIFICAÇÃO ADESAO (A) SUCESSAO (D)	
			Publicação Diário República	Depósito nas Nações Unidas
1	<b>Convenção Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (1966)</b>		Resolução AN 26-B/91 27 Dez. 1991	10 Jan 1992 (a)
	Protocolo opcional à Convenção dos Direitos Cívicos e Políticos			10 Jan 1992
	Segundo protocolo opcional relativo a Convenção dos Direitos Cívicos e Políticos, Relativo à Abolição da Pena de Morte	24 Set 2013		
2	<b>Convenção Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais (1966)</b>		Resolução AN 26-B/91 27 Dez. 1991	10 Jan 1992 (a)
	1º Protocolo opcional a Convenção dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.			
	2º Protocolo de Inquérito sobre o procedimento e sobre a implementação do pacto sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais			
3	<b>Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1969)</b>	24 de Set 2013		
	Queixas individuais sobre a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial			

Nº	TRATADO	DATA ASSINA-TURA	DATA DE RATIFICAÇÃO ADESAO (A) SUCESSAO (D)	
			Publicação Diário República	Depósito nas Nações Unidas
4	<b>Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher (1981)</b>		Resolução AN 15/84 19 Set. 1984	17 Set 1986 (a)
	Protocolo opcional sobre a Convenção Contra todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher		Resolução AN 23/07 23 Junho 2007	01 Nov 2007
	Inquérito sobre o procedimento de Implementação da CEDAW		Resolução AN 23/07 23 Junho 2007	1 Nov 2007
5	<b>Convenção contra Tortura e outros tratamentos cruéis desumanos ou degradantes (1987)</b>	24 de Set 2013		
	Protocolo opcional a Convenção contra Tortura	24 de Set 2013		
	Procedimentos individuais sobre a Convenção Contra a Tortura			
6	Inquérito sobre a convenção contra a Tortura			
	<b>Convenção sobre os Direitos da Criança (1990)</b>	14 de Fev 1990	Resolução AN 20/90 10 Nov. 1990	5 Dez 1990
	Protocolo opcional a Convenção dos Direitos das Crianças, relativo a queixas (Dezembro de 2011)			
	Protocolo opcional a Convenção dos Direitos da Criança envolvidas em Conflito Armado		Resolução AN 21/02 13 Ag. 2002	11 de Out 2007 (a)
	Protocolo opcional a Convenção relativo à venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia		Resolução AN 21/02 13 Ag. 2002	24 de Mar 2005 (a)